

As políticas sociais para a juventude: uma análise das propostas de ações socioeducativas desenvolvidas por organizações não governamentais na cidade de São Paulo

Jaqueline Conceição da Silva<sup>1</sup>

#### Resumo

O presente artigo foi extraído da dissertação da autora, e trata-se de uma amostragem dos dados coletados e analisados na pesquisa original. Aqui está expresso um panorama geral das propostas de ações socioeducativas desenvolvidas com jovens de 15 a 24 anos moradores da cidade de São Paulo, mais especificamente dos territórios tidos como vulneráveis socialmente. A metodologia de pesquisa foi a coleta de informações nos sítios eletrônicos das organizações pesquisadas, e o cruzamento das informações constantes nos sítios eletrônicos com dois documentos oficiais: o Mapa da Juventude da cidade de São Paulo (2005), o Mapa da Vulnerabilidade Social da cidade de São Paulo (2004). Em relação ao referencial teórico adotado para a análise dos dados, trata-se da Teoria Critica da Sociedade a partir do conceito de formação, cujo foco central do debate é se tais propostas de ações desenvolvidas por essas organizações configuram-se como uma prática formativa contra a barbárie ou se se trata apenas de uma estratégia de controle e conformação dos jovens pobres e vulneráveis de São Paulo.

Palavras-chave: formação, socioeducação, teoria critica da sociedade, educação, juventude.

#### Resumen

Este artículo es un extracto de la tesis del autor, y es una muestra de los datos recogidos y analizados en la investigación inicial. Aquí está expresada una visión general de las propuestas de actividades sociales y educativas desarrolladas por los jóvenes de 15-24 años y de vida en São

<sup>&</sup>lt;sup>1</sup> Pedagoga, Mestre em Educação: História, Política, Sociedade pela PUC-SP. Atua há 12 anos com socioeducação e juventude. E-mail: jaquec@hotmail.com



Paulo, en concreto los territorios considerados como socialmente vulnerables. La metodología de la investigación era recopilar información sobre los sitios electrónicos de las organizaciones encuestadas, y la intersección de la información contenida en los sitios electrónicos con dos documentos oficiales: Mapa de la Juventud, en São Paulo (2005), Vulnerabilidad Social Mapa de la Ciudad Sao Paulo (2004). En cuanto al marco teórico adoptado para el análisis de datos , se trata de la teoría crítica de la sociedad a partir del concepto de formación, es el foco central del debate sobre si este tipo de propuestas de acción desarrollados por estas organizaciones se configuran como una práctica de entrenamiento en contra barbarie o si es sólo una estrategia de control y la conformación de los pobres y vulnerables, los jóvenes de São Paulo.

**Palabras-clave:** formación, socioeducation, la teoría crítica de la sociedad, la educación, la juventud.

### Introdução

A realidade dos dados expostos coloca em evidência mais um de nossos esquecimentos. Jovens só aparecem na consciência e na cena pública quando a crônica jornalística os tira do esquecimento para nos mostrar um delinquente, ou infrator, ou criminoso; seu envolvimento com o trafico de drogas e armas, as brigas das torcidas organizadas ou nos bailes da periferia. Do esquecimento e da omissão passa-se, de forma fácil, à condenação, e dai medeia só um pequeno passo para a repressão e punição. (WAISELFIS, 1998, p.5)

Os dados aqui apresentados foram extraídos da pesquisa de mestrado da autora, pesquisa essa intitulada de: "Formação de Jovens em situação de vulnerabilidade social: análise das propostas de trabalho desenvolvidas pelas ONGs na cidade de São Paulo", tal trabalho foi defendido em Abril de 2014 pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

Tal pesquisa teve como objetivo identificar e analisar as ações socioeducativas nas áreas de educação, sexualidade, profissionalismo, lazer, cultura e artes desenvolvidas pelo poder público,



através do convênio com organizações não governamentais. Tais ações tratam de intervenções junto a jovens de 15 a 24 anos, moradores da cidade de São Paulo, e que vivem em situação de vulnerabilidade social.

Para a definição de vulnerabilidade social, trabalhamos com o conceito apontado no Mapa da Vulnerabilidade Social (2004), onde aparece que:

Tal vulnerabilidade é entendida como um somatório de precariedade, para além das precárias condições socioeconômicas (como indicadores de renda e escolaridade muito ruins) presentes em certos setores censitários. São considerados como elementos relevantes no entendimento de privação social aspectos como a composição demográfica das famílias aí residentes, a exposição de situação de riscos variados (como altas incidências de certos agravos à saúde, gravidez precoce, exposição à morte violente, etc), precárias condições de vida e outros indicadores. Além desses elementos, que contribuem para a constituição de um cenário de precariedade intensas em certas regiões do município, buscou-se verificar como o Estado pode combater essas situações ou contribuir par acentuá-las, reforçando certos mecanismos de segregação espacial. (MAPA DA VULNERABILIDADE SOCIAL, 2004, p.12)

Sendo assim, a pesquisa procurou trabalhar com a categoria de vulnerabilidade sócia para definir o segmento social objeto do estudo, ao mesmo tempo em que usa essa mesma categoria como demarcação dos territórios da cidade de São Paulo, que foram investigados.

Os dados coletados foram extraídos dos sítios eletrônicos das organizações sociais entre Janeiro e Junho de 2013. Tais dados foram organizados em um banco de dados, e uma parte dos dados coletados, é objeto de análise neste artigo. A seguir, vamos nos aprofundar na explanação e análise do material coletado.

#### Desenvolvimento da pesquisa

No final dos anos 2005, foi lançado o Mapa da Juventude da Cidade de São Paulo, o objetivo do Mapa era identificar na Cidade o perfil da juventude: índices demográficos juvenis por territórios práticas culturais e de lazer, a relação emprego x desemprego, escolaridade, maternidade/paternidade juvenil. A metodologia empregada para a construção do mapa foi criar

# Boletim

zonas homogêneas que superassem a divisão administrativa da Cidade, considerando a diversidade que um mesmo distrito pode apresentar; dessa maneira, o mapa criou 5 Zonas Homogêneas, considerando cinco critérios: educação, trabalho, lazer, cultura, saúde e organizou os territórios juvenis da cidade a partir desses cinco critérios.

Os índices de privação expressos no Mapa da Juventude consideram se há trabalho, equipamentos públicos e espaços de lazer e cultura, acesso a escola e a serviços de saúde, e garantia de mobilidade urbana. Outro fator que atuou sobre a elaboração dos índices é a presença de famílias chefiadas por jovens com os dois membros (paterno e materno) ou só com um membro (materno ou paterno). Nenhuma Privação Juvenil indica que todos os direitos e acessos estão garantidos, Muito Baixa Privação Juvenil indica ausência de espaços de lazer, Baixa Privação Juvenil indica a ausência de espaços de lazer e dificuldade de mobilidade, Média Privação Juvenil indica a ausência de espaços de lazer e cultura, dificuldade de mobilidade, falta de trabalho na região e a presença de famílias chefiadas por jovens, Alta Privação Juvenil indica a ausência ou a dificuldade em acessar os indicadores, e aponta que a cada dez famílias 6 são chefiadas por jovens.

Outro estudo produzido em 2004, intitulado Mapa da Vulnerabilidade Social da Cidade de São Paulo, tem por objetivo identificar a vulnerabilidade social dos setores da cidade.

Por vulnerabilidade social entendemos a ausência dos direitos sociais básicos em forma de politicas sociais como moradia, saneamento básico, educação, saúde, transporte, lazer, cultura, trabalho, a ausência de um ou mais de um desses direitos indica o nível de vulnerabilidade social de uma região. Cabe salientar, que é preciso também verificar três outros aspectos ao mensurar a vulnerabilidade de uma determinada população ou de uma região da Cidade ou do país, no caso da Cidade de São Paulo, e especificamente dos jovens moradores dessa cidade, estamos considerando a mortalidade juvenil, os indicies de criminalidade juvenil e o índice de maternidade/paternidade juvenil, seguido por lares chefiados por jovens.

Neste estudo, queremos compreender de que maneira a vulnerabilidade social atinge os jovens e como o poder público atua nessa margem de vulnerabilidade através das organizações não governamentais, garantindo assim, a superação da vulnerabilidade social expressa na violência e na privação de direitos.

# Boletim

A Cidade de São Paulo possui 1635 instituições conveniadas como o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, que segundo o Estatuto da Criança e do Adolescente, possuem as condições de oferecerem serviço de atendimento socioeducativo à jovens através de convênio com empresas e poder público.

Dessas 1635 organizações, 93 atuam em projetos diretamente voltados para jovens de 15 a 24 anos. O Plano Nacional da Juventude estipula que as intervenções locais, devem privilegiar as características dos municípios e regiões. Na Cidade de São Paulo, o foco da intervenção das organizações é a qualificação e inserção profissionais desses jovens.

Vale a pena ressaltar, que uma parte significativa dos jovens em situação de vulnerabilidade, na Cidade de São Paulo, não são contemplados por tais ações, uma vez que são jovens com baixíssima escolaridade ou analfabetos, e envolvidos com o ciclo da violência, ou seja, atuam em subempregos, trabalham de biscates ou em pequenas funções para o crime organizado, e já são pais e/ou mães.

O perfil dos jovens atendidos por tais organizações é o de jovens com vinculo familiar e comunitário, escolaridade compatível com idade e ainda não possuem filhos. O que torna a inclusão dos jovens em situação de altíssima vulnerabilidade, difícil de ser resolvida, uma vez que existem poucos programas e projetos voltados para esse público. Por inclusão, compreendemos o acesso aos serviços sociais básicos como educação, moradia, saúde, assistência social, transporte, cultura e lazer; oferecidos gratuitamente pelo Estado direta ou indiretamente.

O Mapa da Violência de 2012, indica que a cada dez jovens mortos nas grandes metrópoles, 8 são vitimas de armas de fogo e 2 vitimas de transito. Sendo que dos 8 assassinados, todos são negros, e dos 2 que são vitimas de transito 1 é negro.

Se considerarmos, as condições precárias de vida numa Cidade como São Paulo, que possui o custo de vida mais alto de todo o território nacional, o número de jovens fora da escola e desempregados, infere diretamente nos índices de violência juvenil.

É importante salientar, que os dados abaixo descritos, foram coletados nos sítios das organizações não governamentais que compuseram o objeto de estudo, da pesquisa de mestrado da autora, pesquisa essa concluída em Abril de 2014. Sendo assim, os dados aqui expressos se referem aos meses de Janeiro a Junho de 2013.



A seguir, vamos discutir os dados referentes às organizações não governamentais que atuam na Cidade de São Paulo em ações voltadas para jovens de 15 a 24 anos.

## Dados coletados e analisados pela pesquisa

### Caracterização

O número total das organizações não governamentais que atuam com jovens de 15 a 24 anos na Cidade de São Paulo é 93 dividas entre as cinco regiões da Cidade de São Paulo.

Cerca de 62% dos projetos, atendem jovens de 15 a 24 anos, 72% das organizações tem como temática a qualificação e inserção profissional (ao mesmo tempo que também atuam com lazer, sexualidade, cultura e educação); 89% das organizações atendem jovens de ambos os sexos; 59% dos projetos e programas são financiado por dinheiro de capital privado, seguido por 30% que recebe dinheiro direto do poder público; e, 54% das instituições são de cunho religioso.

As tabelas a seguir, demonstram os valores totais.

Tabela 1. Faixa etária dos jovens atendidos

Faixa Etária	Frequência Absoluta fi	Frequência Relativa %	
15-17	15	16%	
15-18	15	16%	
15-24	58	62%	
16-24	3	3%	
17-21	1	1%	
18-24	1	1%	
Total	93	100%	



Tabela 2. Temáticas dos projetos das organizações não governamentais

Temáticas dos Projetos	Frequência Absoluta fi	Frequência Relativa %	
Educação	6	6%	
Cultura/Artes	3	3%	
Profissionalização	37	40%	
Sexualidade	1	1%	
Educação/Cultura	10	11%	
Educação/Profissionalização	23	25%	
Educação/Lazer	1	1%	
Cultura/Profissionalização	4	4%	
Cultura/Lazer	4	4%	
Profissionalização/Sexualidad	de 3	3%	
Lazer/Sexualidade	1	1%	
Total:	93	100%	



Tabela 3. Sexo dos participantes das organizações:

Sexo	Frequência Absoluta fi	Frequência Relativa %	
Masculino	1	1%	
Feminino	3	3%	
Misto	89	96%	
Total:	93	100%	

Em relação ao financiamento dos projetos e programas 59% dos recursos são oriundos da Parceria Público – Privado, sendo que 36% do setor privado se caracteriza como associações ou ordens religiosas.

Tabela 4. Origem do recurso que mantém os projetos e programas

Origem do recurso	Frequência Absoluta fi	Frequência Relativa %	
Munícipio	5	3%	
Estado	1	0,5%	
União	1	0,5%	
Empresa	30	28%	
Fundo Municipal da			
Criança e do Adolescente	3	2%	
Parceria Público - Privado	54	59%	
Total:	93	100%	



Tabela 5. Caráter da Pessoa Jurídica Mantenedora das Organizações

Origem Jurídica	Frequência Absoluta fi	Frequência Relativa %	
Religiosa	34	36%	
Não Religiosa	59	64%	
Total:	93	100%	

## Área de atuação

Os distritos com mais organizações atuando nos território, estão localizadas na Zona Sul de São Paulo, e são regiões mais desenvolvidas em relação aos demais distritos localizados na mesma subprefeitura.

O distrito com mais organizações, é Cidade Ademar, com nove organizações, totalizando 10% do valor total de ong's. O Distrito da Cidade Ademar fica na Subprefeitura da Cidade Ademar, no Mapa da Inclusão/Exclusão Social da Cidade de São Paulo(2004) se situa no Índice de Vulnerabilidade Social 7 (Alta Vulnerabilidade Social), e no Mapa da Juventude (2005), este distrito se localiza na Zona Homogênea 5 (Alta Privação Juvenil).

O segundo distrito com mais organizações é o Campo Limpo, também localizado na Zona Sul de São Paulo, totalizando sete organizações, um total de 7% das ong's; este distrito fica na Subprefeitura do Campo Limpo, junto com os distritos do Capão Redondo, Jardim São Luís e Jardim Ângela. Segundo o Mapa da Inclusão/Exclusão Social (2004) se situa no Índice de Vulnerabilidade Social 8 (Altíssima Vulnerabilidade Social), e no Mapa da Juventude (2005), este distrito se localiza na Zona Homogênea 5 (Alta Privação Juvenil).

O terceiro distrito com mais organizações é o Santo Amaro, também localizado na Zona Sul de São Paulo, totalizando seis organizações, um total de 6% das ong's; este distrito fica na Subprefeitura de Santo Amaro. Segundo o Mapa da Inclusão/Exclusão Social (2004) se situa no



Índice de Vulnerabilidade Social 2 (Baixa Vulnerabilidade Social), e no Mapa da Juventude (2005), este distrito se localiza na Zona Homogênea 5 (Muito Baixa Privação Juvenil).

Embora, a Zona Sul, em termos de território físico, seja a maior região da Cidade de São Paulo, e os dados levantados demonstrem que 23% das organizações atuam nesta região, regiões como a Zona Leste, com os piores índices sociais da Cidade ou como a Zona Norte, onde 75% do seu território está localizado nos bolsões de alta e altíssima privação social, segundo o Mapa da Inclusão/Exclusão Social da Cidade de São Paulo (2004); os dados levantados nesta pesquisa demonstram que 77% dos territórios de alta e altíssima vulnerabilidade social da Cidade de São Paulo, estão sem nenhum tipo de intervenção sócio-juvenil, voltada para os jovens pobres e miseráveis, moradores destes território.

Veja os dados na tabela a seguir:

Tabela 6. Distribuição das organizações por distritos da Cidade de São Paulo

Distrito	Frequência Absoluta (fi)	Frequência Relativa (%)	
Cidade Ademar	9	10%	
Campo Limpo	7	7%	
Santo Amaro	6	6%	
Bela Vista	4	4%	
São Luís	4	4%	
Capão Redondo	4	4%	
Jardim Ângela	3	3%	
Cidade Dutra	3	3%	
Bom Retiro	3	3%	
Pinheiros	3	3%	
Sé	3	3%	
Consolação	2	2%	
Vila Mariana	2	2%	

## Boletim

Jaguaré	2	2%
Jaçana	2	2%
Jabaquara	2	2%
Freguesia do Ó	2	2%
Tremembé	2	2%
Brasilândia	2	2%
Grajaú	2	2%
Ipiranga	2	2%
Pedreira	1	1%
Parelheiros	1	1%
Itaquera	1	1%
Guaianazes	1	1%
Ermelino Matarazzo	1	1%
São Mateus	1	1% (cont.)
(cont.)		
Cachoeirinha	1	1%
Socorro	1	1%
Tatuapé	1	1%
Aricanduva	1	1%
Água Rasa	1	1%
Penha	1	1%
Perdizes	1	1%
Cambuci	1	1%
Vila Sonia	1	1%
Butantã	1	1%
Barra Funda	1	1%



Total	93	100%
São Lucas	0	0%
Jaraguá	0	0%
Perus	0	0%
Cidade Tiradentes	0	0%
Pirituba	0	0%
Carrão	0	0%
Campo Grande	0	0%
Vila Prudente	0	0%
Vila Guilherme	0	0%
Belém	0	0%
Vila Maria	0	0%
Santana	0	0%
Moema	0	0%
Morumbi	1	1%
Santa Cecilia	1	1%
Campo Belo	1	1%
Lapa	1	1%
Mooca	1	1%
Vila Leopoldina	1	1%

## Projetos e ações desenvolvidos

Os dados levantados pela pesquisa demonstram que os projetos e ações desenvolvidos, priorizam o setor de qualificação profissional e a inserção dos jovens participantes no mercado de trabalho.

Os projetos visam à formação prioritariamente no setor de serviços (assistente administrativo, atendente de telemarketing, recepcionista, vendedor, camareiro, garçom e outros) e no setor de alimentação (atendente de lanchonete, auxiliar de cozinha, padeiro, confeiteiro, esfiheiro e outros).

Pode-se inferir que a opção por tais qualificações, seja uma forma de responder as demandas ocupacionais oriundas dos tipos de serviços comumente oferecidos na Cidade de São Paulo.

Os programas e projetos ligados a área de cultura e educação, estão circunscritos no campo da cultura hip-hop, atividades teatrais, reforço escolar e artes plásticas como o grafite. Os projetos sobre sexualidade são vinculados a uma organização não governamental, voltada especificamente para o publico de homossexuais e visa a redução do número de contaminados por HIV, principalmente entre os jovens. Os projetos de lazer estão vinculados a atividades de educação, e são identificados como capoeira e outros esportes desportivos como futebol e boxe.

No geral, os projetos e programas, de cultura/educação/lazer/sexualidade são mantidos com dinheiro público direito, através de convênios com as Secretárias Municipais de Lazer, Assistência Social e Cultura.

Já os projetos de qualificação profissional são financiados por empresas ou outras organizações (Igrejas ou templos religiosos, por exemplo), e após a qualificação inicial, fornecidas pelas organizações, os jovens são contratados pelas empresas financiadoras no regime de jovem aprendiz (projeto do Governo Federal, que estimula as empresas a contratem jovens entre 15 a 24 anos, sem experiência profissional, em regime de contrato de trabalho, sem vinculo empregatício e portanto, sem as garantias trabalhistas de outros trabalhadores, normalmente, as empresas pagam uma ajuda de custo para alimentação e transporte do jovem, valor esse me torno de 80% do salario mínimo vigente).



## Índice de Vulnerabilidade Sócio-juvenil

Após o cotejamento dos dados, o resultado final, foi a elaboração do Índice de Vulnerabilidade Sócio – Juvenil, que foi composto a partir dos dados constantes no Mapa da Inclusão/Exclusão Social da Cidade de São Paulo (2004) e do Mapa da Juventude da Cidade de São Paulo (2005). O quadro 1 explicita os indicadores de cada mapa utilizado, bem como os indicadores que foram utilizados para caracterizar os níveis de vulnerabilidade sócio-juvenil elaborados pela pesquisadora para este projeto:

Quadro 1. Organograma de Elaboração do Índice de Vulnerabilidade Sócio-juvenil

Mapa da Vulnerabilidade Social da Mapa da Juventude da Cidade de Cidade de São Paulo (2004) São Paulo (2005) Taxa anual de crescimento populacional Indicadores considerados do distrito entre 1991 e 2000, percentual relação à população jovem: de mães adolescentes no total de gravidez tardia, homicídio entre vivos, nascidos coeficiente de jovens. Indicadores gerais do mortalidade por homicídios na faixa mapa educação, renda, idade e etária de 15 a 24 anos, percentual de estrutura familiar, condição de jovens que não frequentam escola, habitação, gênero. coeficiente de viagens por motivo de lazer por distrito, índice de mobilidade da população de 15 a 24 anos, valor do rendimento médio mensal familiar. Indicadores de Vulnerabilidade Sócio-juvenil (elaborados para este projeto de pesquisa a partir dos indicadores elencados acima) Gravidez precoce, homicídio juvenil, chefe de família com idade entre 15 a 24 anos, demográfica juvenil, jovens fora da escola, lazer/esporte/cultura, desemprego juvenil, rendimento médio mensal familiar,

condição de habitação, distribuição de gênero entre indivíduos de 15 a 24 anos.



Considerando que o Mapa da Vulnerabilidade Social (Mapa A) possui oito níveis de vulnerabilidade e o Mapa da Juventude (Mapa B) possuiu cinco zonas homogêneas e, em alguns momentos, distritos que são considerados de média vulnerabilidade no Mapa A, são tidos como de Zona Homogênea 2 (baixa complexidade) pelo Mapa B, a solução foi a elaboração dos quatro níveis descritos abaixo, que consideram os dados dos dois mapas, a partir dos indicadores referentes a juventude presentes nos materiais.

- ✓ Nível 1 Nenhuma Vulnerabilidade Sócio-juvenil: são distritos da Cidade de São Paulo que não possuem nenhum tipo de privação social em relação aos direitos socias básicos (acesso e permanência na escola, tratamento de saúde, lazer, cultura, trabalho, moradia, transporte, segurança, saneamento básico) necessários para o desenvolvimento satisfatório dos jovens residentes nesses distritos, além de possuir proporcionalmente um número maior de idosos em relação aos jovens;
- ✓ Nível 2 Muito Baixa Vulnerabilidade Sócio-juvenil: possuem as mesmas características do Nível
   1, porém o número de jovens é maior proporcionalmente em relação ao número de idosos;
- ✓ Nível 3 Baixa Vulnerabilidade Sócio-juvenil: possuem algumas das características dos níveis 1 e 2, porém com um número expressivo de jovens e déficits na oferta de alguns direitos sociais básicos como emprego, transporte e moradia. Aqui, a proporção de jovens em relação aos idosos é equilibrada;
  - ✓ Nível 4 Altíssima Vulnerabilidade Sócio-juvenil: privação maciça dos direitos sociais básicos como educação, saúde, transporte, lazer, trabalho, moradia, segurança e saneamento básico. A maioria da população é jovem, e 80% dos lares são chefiados por jovens solteiras do sexo feminino entre 15 a 24 anos com três ou mais filhos.

A tabela 7 demonstra a quantidade total dos níveis de vulnerabilidade e o quadro 2 demonstra os distritos organizados por nível de vulnerabilidade.



Tabela 7. Quantidade dos níveis de vulnerabilidade sócio-juvenil

Nível	Frequência Absoluta fi	Frequência Relativa %	
Nível 1	11	12%	
Nível 2	26	28%	
Nível 3	12	13%	
Nível 4	43	47%	
Total:	98	100%	

Quadro 2. Relação de organizações por distrito em frequência absoluta (fi)

Distrito	Quantidade de ONGs –	Indicador de
	frequência absoluta (fi)	Vulnerabilidade
Bela Vista	16	Nenhuma Vulnerabilidade
Sé		
Consolação		
Morumbi		
Santa Cecília		
Campo Belo		
Moema		
Vila Andrade		
Santo Amaro	56	Muito Baixa
Santana		Vulnerabilidade
Vila Mariana		
Ipiranga		
Pinheiros		
Lapa		
Bom Retiro		
Mooca		
Jaguaré		
Vila Leopoldina		
Barra Funda		
Butantã		
Vila Sônia		
Cambuci		



Perdizes		
Vila Maria	33	Baixa Vulnerabilidade
Belém		
(cont.)		
(cont.)		
Penha		
Água Rasa		
Vila Guilherme		
Aricanduva		
Tatuapé		
Vila Prudente		
Jaçana		
Jabaquara		
Socorro		
Freguesia do Ó		
Campo Grande		
Carrão		
Pirituba		
Cidade Ademar	66	Altíssima Vulnerabilidade
Cidade Tiradentes		
Cachoeirinha		
São Mateus		
Perus		
Ermelino Matarazzo		
Guaianazes		
Itaquera		
Campo Limpo		
Jardim São Luiz		
Jardim Ângela		
Parelheiros		
Tremembé		
Brasilândia		
Capão Redondo		
Cidade Dutra		
Grajaú		
Jaraguá		
Pedreira		
São Lucas		
Total	171	

## Algumas considerações: o papel das ONG's no Sistema Capitalista: semiformação e barbárie

"O governo do Estado moderno nada mais é do que um comitê para administrar os negócios comuns de toda a classe burguesa."

(K. Marx e F. Engels, Manifesto Comunista)

Os dados levantados nesta pesquisa demonstram claramente, que a forma como as intervenções socioeducativas, voltadas para jovens de 15 a 24 anos, na Cidade de São Paulo, não seguem a lógica de atuar nos setores mais vulneráveis da Cidade.

Uma investigação, no sentido de compreender as variantes dos índices de violência envolvendo jovens nos territórios da Cidade de São Paulo poderia explicar algumas questões apresentadas por esta pesquisa, como por exemplo, o fato da Zona Sul, ser a região da Cidade que mais possuem organizações atuando, também ser a região da cidade que possuem o maior índice de jovens desempregados e envolvidos em quadros violentos como autores de crimes.

Por outro lado, os dados cotejados, também apontam que é necessário repensar as intervenções já realizadas para os jovens, avaliando as áreas de atuação e que tipo de trabalho socioeducativo é desenvolvido para tais jovens.

Além do trabalho, os jovens da classe trabalhadores, precisam ter acesso à cultura, lazer, esporte, educação, como forma de garantir sua formação de maneira integral e que de fato, seja possível sua emancipação social, racial, politica, sexual e cultural.

Ao considerarmos o acesso aos direitos sociais básicos como forma de consolidação da cidadania, Tilly (1998, p. 206) nos lembra que: "[...] Remember that by citizenship we still of persons defined exclusive by their legal attachment to the same state [...]", sendo assim, a noção de marginalidade pode ser usado para definir aquele individuo que esta a margem dessa relação, seja porque cometeu algum crime e dessa maneira quebrou o contrato social com o Estado; ou marginal é o sujeito cujo Estado não garantiu-lhe seus direitos sociais básicos, o deixando fora da relação de cidadania, tal qual Tilly (1998) expressa. Todavia, se faz necessário frisar, que o não acesso aos direitos sociais básicos, propicia a "entrada" dos indivíduos na marginalidade. Sendo assim, fica evidente que nessa localização politica e ideológica da relação Estado-Sujeito, o papel



das organizações não governamentais a relação entre o Estado sonegador de direitos, e os marginalizados da cidadania.

Marx no Manifesto Comunista descreve o Estado com um balcão de negócios da burguesia. E, pode-se considerar a partir desta pesquisa, que as politicas sociais oferecidas aos jovens na Cidade de São Paulo, através da atuação das organizações, é em última instância a expressão máxima desse balcão de negócios.

Desde 2004 está em vigor o Plano Nacional da Juventude (PNJ) que estabelece as seguintes metas:

- 1. Erradicar o analfabetismo da população juvenil, nos próximos cinco anos, participando o Brasil da Década das Nações Unidas para a alfabetização (2003-2012);
- 2. Garantir a universalização do ensino médio, público e gratuito, com a crescente oferta de vagas e de oportunidades de educação profissional complementar à educação básica;
- 3. Oferecer bolsas de estudo e alternativas de financiamento aos jovens com dificuldades econômicas para o ingresso, manutenção e permanência no ensino superior;
- 4. Incentivar o empreendedorismo juvenil;
- 5. Ampliar a cobertura dos programas do primeiro emprego;
- 6. Promover atividades preventivas na área de saúde;
- 7. Criar áreas de lazer e estimular o desporto de participação;
- 8. Incentivar projetos culturais produzidos por jovens;
- 9. Garantir a inclusão digital, disponibilizando computadores nas escolas e nas universidades, oferecendo cursos e viabilizando o acesso à Internet. (BRASIL, 2004, p. 4)

Das nove metas estipuladas pelo PNJ, o município de São Paulo, segundo os dados cotejados nesta pesquisa, cumpre plenamente a meta cinco, que se refere aos programas de primeiro emprego; parcialmente as metas quatro sobre o incentivo ao empreendedorismo juvenil, a meta sete sobre o estimulo ao esporte e lazer e a meta nove, sobre inclusão digital.

Um dos caminhos para entender esse processo é o exame da sociedade em que jovens e organizações não governamentais estão inseridos, compreendendo os determinantes sociais em



que tais sujeitos se constroem mutuamente. Sendo assim, a partir da Teoria Crítica da Sociedade, mais precisamente de três conceitos centrais, formação, barbárie e sujeito unidimensional, pretende-se discutir o papel que as ONGs assumem no sistema de produção capitalista.

Segundo Maar (2003, p. 427),

O mundo dos homens é organizado de determinada maneira e é preciso decifrar as condições e os condicionantes que causam seu modo determinado de ser. A essência não está "atrás" da aparência, mas é a reflexão da aparência acerca do seu modo de aparecer de determinado modo, o arranjo determinado do mundo, a sociedade que é sua própria ideologia. A emancipação como "conscientização" é a reflexão racional pela qual o que parece ordem natural, "essencial" na sociedade cultural, decifrase como ordem socialmente determinada em dadas condições da produção real efetiva da sociedade.

Ao analisar as dimensões formativas do trabalho socioeducativo desenvolvidos pelas organizações e, portanto, as possibilidades de emancipação dos jovens como forma de rompimento com a barbárie deve-se considerar a realidade social e suas contradições: a forma como a sociedade moderna se organiza e se apresenta de maneira racionalizada, expressa nos mecanismos de controle, na administração da vida, na paralisia da crítica (MARCUSE, 1964), na ideologia da racionalidade tecnológica (MARCUSE, 1999).

Adorno (1995) assinala que a emancipação é o processo que faz o individuo sair da condição de menoridade (incapaz de ser responsável por si mesmo em todos os aspectos) para maioridade, emancipado (responsável por seus atos e pela sua capacidade de análise e de crítica).

Dessa maneira, para considerar o aspecto formativo da prática socioeducativa desenvolvida pelas organizações, é preciso considerar a barbárie em que a sociedade está inserida, ou seja, a barbárie se expressa no fato de que mesmo todo o desenvolvimento tecnológico não é capaz de garantir que as pessoas superem o impulso de destruição, uma vez que os processos sociais de identificação e adesão levam os indivíduos a reproduzirem a ideologia da dominação e da exploração inerente ao capitalismo (ADORNO, 1995). Nesse sentido, o trabalho socioeducativo desenvolvido pelas ONGs, para ser considerado como formação, deve ser uma prática contra a barbárie.

# Boletim

Para a apreensão da totalidade, a análise da realidade social deve ser feita privilegiando a crítica de sua ideologia, enquanto resultado das relações de produção e reprodução econômica e social. Em outras palavras, a sociedade moderna de base tecnológica, produz o indivíduo unidimensional, resultante da ideologia da sociedade industrial, incapaz de produzir a crítica, cujas relações são marcadas pela racionalidade tecnológica (MARCUSE, 1964).

O individuo unidimensional é resultado do processo de integração total do indivíduo à massa, ou seja, em seu processo de formação não se diferencia dos outros, fazendo com que seu ego se constitua já enfraquecido. Ao passo que a ideologia da racionalidade tecnológica ou a interiorização do modo de produção capitalista e tecnológico, produziu o esvaziamento das experiências formativas. Esse esvaziamento leva os indivíduos à regressão: estando em um determinado estágio de progresso material, os indivíduos encontram-se aquém daquilo que poderia proporcionar uma vida mais digna em termos subjetivos. Resta a satisfação dos impulsos relacionados à destruição (MARCUSE, 1968). A definição dada pelos autores frankfurtianos para a barbárie está baseada nas considerações de Freud sobre o que denomina mal estar na cultura.

Assim, a racionalidade tecnológica integra o que antes era antagônico como, por exemplo, os jovens que independentemente de sua classe social frequentam os mesmos espaços de lazer, mas nem por isso vivem a mesma realidade objetiva; e essa possibilidade de integração, causada pelo desenvolvimento tecnológico (não há mais a segregação total entre a classe trabalhadora e a classe dominante), gera a aniquilação da consciência individual e, portanto, o enfraquecimento do ego e a diluição do individuo na multidão.

Se não ocorre a individuação, ou seja, se a formação não produz a autonomia e a autodeterminação, promovendo o esclarecimento geral, os indivíduos perdem a capacidade da crítica sobre a realidade objetiva. Por não fazer a crítica à sociedade, ele não percebe a barbárie em que está inserido e, por não percebê-la — ou percebê-la, mas não estiver dotado de condições para o enfrentamento — não pode superá-la. Dessa forma, só podemos analisar o aspecto formativo da prática socioeducativa se pudermos compreender as características da sociedade moderna de base industrial em que jovem e organização se encontram inseridos.

Podemos nos questionar da seguinte maneira: as propostas desenvolvidas por essas ONGs são formativas? Em um espaço de privação e violência, é possível a formação para o



esclarecimento? É possível que os indivíduos superem sua condição de limitação e, a partir da ação formativa desenvolvida pelas organizações, superem a barbárie e se tornem indivíduos esclarecidos? As ONG's podem de fato, contribuir para a formação e emancipação dos jovens que utilizam seus serviços?

Tais perguntas, ainda são questionamentos urgentes, em tempos de tamanha violência por um lado, e por outro, não se pode esquecer o momento histórico que nossa juventude vivenciou em Junho/2013, indo às ruas e brigando por direitos.

A violência, a miséria, os problemas formativos apresentados pela escola (principalmente em relação ao esvaziamento do currículo escolar, o fracasso escolar e a violência escolar), dão indícios que nossa sociedade, moderna, urbana, industrializada e burguesa está imersa numa crise da formação.

Por mais que tenhamos um avanço nas forças produtivas portanto, podemos entender esse avanço como o avanço da civilização (cura e extinção de doenças, maquinários para extração de petróleo em camadas profundas do oceano, pernas robóticas e etc), há um retrocesso na formação dos indivíduos (portanto, uma regresso da cultura, e como tal da civilização aos tempos mais bárbaros de nossa história), se não conseguirmos superar essa cisão entre cultura e civilização, afundaremos cada vez mais na barbárie: violência contra a mulher, homofobia, racismo, genocídio, homicídio, fome, suicídio, desigualdade econômica e muitas outras formas de barbárie.

Por outro lado, temos a nosso favor a juventude, que como foi bem colocado pela personagem do filme 1900 (1976) de Bernando Bertolucci: "Bendita a juventude que vê aquilo que não existe". Que nossos jovens continuem a ver muitos Junhos e muitos sonhos.

#### Referencias

ADORNO, T. W. 1995. Educação e Emancipação. São Paulo: Paz e Terra.

ADORNO, T. W. e HORKHEIMER, M. 1985. Dialética do Esclarecimento. Rio de Janeiro: Zahar.



ADORNO, T. W. e HORKHEIMER. M. 1971. Sociologica. Madrid: Taurus.

ASSISTÊNCIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL, Secretária Municipal de. **Mapa da Vulnerabilidade Social da Cidade de São Paulo**. São Paulo. 2004

CONH, Amélia. A construção do mapa da juventude de São Paulo. Lua Nova. N.60.2003

GOHN, Maria da Glória.1994. Movimentos Sociais e Educação. São Paulo: Cortez.

. 1997. **Teoria dos Movimentos Sociais**. São Paulo: Loyola.

DAYRREL, Juarez. O jovem como sujeito social. Revista Brasileira de Educação. N.24.2003

DIREITOS HUMANOS, Secretária Nacional de. Plano Nacional da Juventude. Brasília. 2004

JUVENTUDE, Coordenadoria da. Mapa da Juventude da Cidade de São Paulo. São Paulo 2004

MAAR, Wolfgan Leo. **Adorno, semiformação e Educação**. Revista Educ. Soc., Campinas, vol.24, n.83, p.459-476, agosto 2003.

MARCUSE, H. 1964. A ideologia da sociedade industrial. Rio de Janeiro: Zahar.

MARX, Karl. Manifesto Comunista. Rio de Janeiro, Paz e Terra: 1998.

NEVES, Delma Pessanha. **Juventude, trabalho e instituições filantrópicas**. Saúde e Sociedade. V.15 n.3.2006

SILVA, Jaqueline Conceição da. Formação de Jovens em Situação de Altíssima Vulnerabilidade Social: análise do trabalho desenvolvido pelas ONGs na Cidade de São Paulo. Dissertação de Mestrado. PUC:SP. 2014.

SPOSITO, Marília. Indagações sobre as relações entre a juventude e a escola no Brasil: instituição tradicional e novos significados. Revista de Estudos sobre Juventude. 2005



